

Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana

Militarization and Necropolitics of the Frontier: the responses of Brazil to the growing Venezuelan migration

Mariana Castro¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** marianacastroufrj@gmail.com. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0028-5045>

Recebido em 29 fev. 2020 | Aceito em 01 set. 2020.

RESUMO

Este artigo resulta da pesquisa de mestrado (teórica e etnográfica) sobre migração feminina venezuelana para o Brasil a partir de 2017. Nela, tais fluxos migratórios são relacionados com a dinâmica global de expansão da migração, no contexto de múltiplas crises (econômica, política, ambiental) e do novo ciclo político na América do Sul, no qual os governos progressistas foram substituídos por governos de direita. Na pesquisa, confrontamos as estratégias das mulheres venezuelanas cis para tornar a vida vivível com a Operação Acolhida e concluímos que a militarização traz custos altos na relação com os direitos humanos de quem migra para o Brasil. Usamos a noção de necropolítica da fronteira, partindo do conceito de necropolítica de Achille Mbembe. E analisamos de que modo o Brasil está lidando com a migração venezuelana, sobretudo, do método militarizado que marca a ação do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Migração internacional; Direitos Humanos; Necropolítica.

ABSTRACT

This article is the result of a master's research (theoretical and ethnographic) on Venezuelan female migration to Brazil as of 2017. In it, such migratory flows are related to the global dynamics of migration expansion, in the context of multiple crises (economic, political, environment) and the new political cycle in South America, in which progressive governments have been replaced by right-wing governments. In the research, we confronted the strategies of cis Venezuelan women to make life bearable with Acolhida Operation and concluded that militarization brings high costs in relation to the human rights of those who migrate to Brazil. We use the notion of border necropolitics, based on Achille Mbembe's concept of necropolitics. And we analyze how Brazil is dealing with Venezuelan migration, above all, with the militarized method that marks the action of the Brazilian State.

Keywords: International migration; Human rights; Necropolitics.

Este artigo resulta da pesquisa de mestrado (teórica e etnográfica) sobre migração feminina venezuelana no Brasil a partir de 2017. Relacionamos tais fluxos com a dinâmica global de expansão da migração no contexto de múltiplas crises (econômica, política, ambiental) e do novo ciclo político na América do Sul, no qual os governos de orientação progressista foram substituídos por governos de direita.

A pesquisa empírica dividiu-se em dois momentos. Primeiro, em junho de 2019, no âmbito do IV Curso de Direito Internacional dos Refugiados, organizado pela Universidade Federal de Roraima e pela Universidade Católica de Santos. Durante uma semana, visitamos um abrigo da Operação Acolhida em Boa Vista (Rondon 3) e em Pacaraima conhecemos o espaço de registro e abrigamento de venezuelanos (BV-8) e o abrigo indígena Janokoida. O segundo momento foi em

janeiro de 2020, com o objetivo de acompanhar o cotidiano da ocupação *criolla* e indígena Ka Ubanoko em Boa Vista.

Na dissertação, confrontamos as estratégias das mulheres venezuelanas *cis* para tornar a vida vivível com a Operação Acolhida e concluímos que a militarização traz custos altos na relação com os direitos humanos de quem migra para o Brasil.

Neste artigo, apresentamos parte desse acúmulo de pesquisa: trabalhamos teoricamente a noção de necropolítica da fronteira (apoiados no conceito de necropolítica de Achille Mbembe); analisamos o modo como o Brasil vêm lidando com a crescente migração venezuelana no contexto sul-americano; tratamos, sobretudo, da ação militarizada do Estado brasileiro diante deste fluxo migratório.

NECROPOLÍTICA DA FRONTEIRA

Historicamente, diversos mecanismos foram elaborados para ocupar-se dos corpos humanos considerados indesejados, ilegais ou supérfluos. Hoje em dia esse processo foi ampliado, sobretudo em relação a migração. Xenofobia e racismo “justificam” o fortalecimento de muros para proteger os nacionais dos “invasores”. Trata-se de uma necropolítica eficaz: aumentou o número de imigrantes que sofrem violência, tráfico sexual, trabalho forçado ou morte ao tentarem atravessar fronteiras. A mobilidade, embora seja uma necessidade de muitos, é crescentemente uma possibilidade de poucos.

Mbembe (2019) parte da noção *foucaultiana* de *biopoder*, relacionando-a com os conceitos de *soberania* e *estado de exceção* para mostrar que, a despeito de sua relevância, a categoria *biopolítica* é insuficiente para compreender as relações de poder no capitalismo contemporâneo. Para ele, além da instrumentalização da vida, o poder se dá também pela destruição de corpos e populações. E esse poder de morte configura-se, no capitalismo de hoje, como um elemento estrutural das relações sociais. Eis o necropoder, que vem a ser as práticas e tecnologias de gerenciamento da morte daqueles que não conseguem se inserir ou que o fazem nas margens. É a capacidade de estabelecer zonas e grupos em que a submissão da vida pela morte está legitimada. O necropoder é capaz de criar a política da morte, a necropolítica (Mbembe, 2019, p. 11).

Para Mbembe, a soberania é a “capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer” (2019, p. 5) e se apropriar, em conjunto com as relações de classe, gênero e, sobretudo, raça, da morte como um objeto de gestão.

Nas ciências sociais, os conceitos de legitimidade, fronteira e pertencimento geraram um acúmulo fundamental para os estudos migratórios, tais como, por exemplo, a reflexão de Pierre Bourdieu sobre fronteiras e identidade. Mbembe não ignora esse campo, mas leva o debate para outro patamar com a noção de necropolítica.

Para Bourdieu, região é um princípio de divisão - e de visão - do mundo social. Esse trocadilho mostra a “divisão” enquanto separação entre diferentes grupos e a “visão” como percepção sobre o mundo social. A realidade é uma construção social e é fruto das nossas representações, de como nos reconhecemos e conhecemos nossas práticas. Região não é algo natural, mas uma construção histórico-social que demarca as fronteiras simbólicas e físicas. A região é, portanto, um espaço que marca fronteiras entre grupos e identidades sociais distintas e que, por isso, produz desigualdade.

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade”. (Bourdieu, 1989, p. 114).

Para ele, a ideia de região estabelecerá um sentido de ordem legítima do mundo social, o espaço como um marcador de diferenças e da definição de quem está dentro e quem está fora, quem tem ou não tem direitos. A região é um espaço de conflito, onde a morte não necessariamente se apresenta como uma relação social determinada. Já em Mbembe, o necropoder ganha centralidade nas relações sociais e toda a retórica e prática da soberania consiste em exercer esse direito de matar.

Disso resulta o devir-negro do mundo (Mbembe, 2018), o qual consiste na disseminação de uma existência precária, antes restrita aos negros, a um número cada vez maior de pessoas: “os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas” (Mbembe, 2018, p. 17). A universalização da condição do negro opera na construção de “mundos de morte”, como controle da população, para perpetuar os poderes no mundo (Mbembe, 2019, p. 71). Assim, o capitalismo produz experiências de destruição humana – e que abrangem também a natureza – como seu motor mais potente. É preciso fazer certas pessoas ou grupos desaparecerem para garantir nossa sobrevivência, isto é, um direito de matar baseado na lógica da exceção e na construção fictícia de um inimigo:

A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade (Mbembe, 2019, p. 20).

A *necropolítica*, se refere à possibilidade de fazer morrer e de gerir condições mortíferas. Determinados povos são submetidos permanentemente a um controle das condições de sobrevivência em níveis mínimos. O *Estado de Exceção* é a norma. Trata-se de manter pessoas em sobrevida e de criar as circunstâncias da morte (2019, pp. 48-49). E também desloca o olhar para além do Estado como gestor de morte, estendendo-o para outros atores, às vezes junto com o Estado, às vezes não (2019, p. 52).

Os pequenos massacres diários, as infindáveis lógicas de fragmentação, as formas de vida indignas, às quais esses grupos, dentro os quais os migrantes têm papel de destaque, estão

submetidos, os transformam em mortos-vivos (2019, p. 71). Daí cunhamos a noção de necropolítica da fronteira. Esta vai além da morte, agindo em um sentido totalizante com os vários mecanismos de controle dos corpos. Diz respeito, por exemplo, às crianças migrantes encarceradas nos EUA e também à tentativa de apagamento cultural que uma população pode sofrer no novo território.

Pensando na migração venezuelana, para além de sua existência precária visível, existem dois aspectos que estão sendo aniquilados: a diversidade, pois temos muitas etnias indígenas, pessoas em diferentes níveis de vulnerabilidade – negros/as, mulheres, população LGBTI, idosos, etc., que são classificados como uma massa de pessoas iguais, apagando suas especificidades, demandas, desejos e modos de vida; e a questão de gênero, na forma com a qual as mulheres lidam com a migração que, muitas vezes, não são uma questão para governos, ONGs e academia, que acabam resumindo essa dimensão ao importante, porém insuficiente, tema da prostituição.

Com a necropolítica da fronteira, é possível pensar quais grupos podem se mover, quais podem se estabelecer e sob que circunstâncias. O poder da fronteira, nesse contexto, reside na competência de regular grupos e indivíduos, condenando uma grande parte à condição de mortos-vivos analisada por Mbembe. Esse esforço dos Estados em levantar muros e construir comunidades “puras” é atravessado pela percepção do/a Outro/a como uma ameaça à sobrevivência - na qual se faz necessário resguardá-la, se preciso, a todo custo. Seguindo Mbembe (2019, p. 20), entendemos que a eliminação física e subjetiva do/a imigrante e do/a refugiado/a é o que potencializa a vida do nacional. A OIM (2019) estima que mais de 30 mil migrantes morreram em travessias irregulares ao redor do mundo entre 2014 e 2018. As vidas perdidas nas jornadas terrestres e nos barcos em busca das “zonas de rentabilidade” (Kurz, 2012) não causam nenhum tipo de comoção nos governantes e em grande parte da população.

NOVO CICLO POLÍTICO NA AMÉRICA DO SUL

Stuart Hall, estudando a reconstrução de identidades purificadas frente ao hibridismo e à diversidade, destaca que, na modernidade, a identidade cultural é constituída a partir da cultura nacional. A identidade nacional é, então, uma “comunidade imaginada”, pois a cultura nacional é uma construção de sentidos, baseada em símbolos e representações, que influenciam e conferem identificação sobre a nação. Uma cultura nacional é um discurso e também uma estrutura de poder cultural (Hall, 2006), que define os direitos legais e de cidadania. No entanto, a globalização desloca tais identidades nacionais, enfraquecendo-as simbolicamente. Como resposta, as identidades nacionais se fecham às influências da diferença e da diversidade cultural. Esse processo ocorre em diferentes níveis em todas as culturas ocidentais (Hall, 2006).

O crescimento da extrema direita na Europa e nos EUA a partir do discurso anti-imigração exemplifica essa dinâmica, fundamentada na ideia de “nação” unificada em termos étnicos e religiosos e de uma identidade cultural homogênea. A criminalização da ajuda aos imigrantes e refugiados/as ocorrida na Hungria, cujo presidente Viktor Orbán puniu indivíduos e grupos,

inclusive ONGs, que ajudam imigrantes a regularizar sua situação no país, é um exemplo do esforço de manter as comunidades "puras".

Na América do Sul, embora existam projeções de comunidades puras em falas de do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ou da presidente de fato da Bolívia, Jeanine Áñez, a xenofobia não é o elemento central da extrema-direita. A literatura analisa a substituição do ciclo político progressista na região por um novo contexto de "regresso conservador" (Soares Lima e Pinheiro, 2019) e que contém

Em doses variadas, a adesão ao modelo neoliberal, a desconfiança da política "tradicional" e dos partidos, agenda conservadora nos costumes, agendas sociais não inclusivas, militarização da segurança pública, participação significativa das Forças Armadas no governo, alinhamento aos EUA e reconfiguração – e mesmo abandono – das instituições regionais criadas durante o ciclo progressista (2019, p. 1).

A Venezuela é central nesse contexto. De acordo com Edgardo Lander, a liderança de Hugo Chávez (1999-2013) representou uma renovação do modelo petroleiro rentista-estatista, com o preço do petróleo sustentando políticas de redução da desigualdade e da pobreza, expansão dos dos serviços de saúde, de educação e alimentícios e uma maior participação política e social (Lander, 2017, p. 188). Com a morte de Chávez em 2013 e a queda dos preços do petróleo em 2014, uma profunda crise do Estado, adiada em alguns anos, veio à tona com grande intensidade: há uma profunda deterioração das condições de vida, produzindo uma perda rápida das melhorias sociais alcançadas nos anos anteriores. Maduro optou por uma nova virada extrativista – agora por meio da mineração em larga escala – e pela ascensão autoritária (Lander, 2020, p. 94). Foi posta em marcha uma política de criação de zonas econômicas especiais, na qual a regulamentação trabalhista, ambiental e dos povos indígenas se faz flexível com o objetivo de atrair o capital transnacional. Politicamente, o quadro político se esgarça, com uma crescente militarização do bolivarianismo e repressão violenta contra a oposição, que, por sua vez, com o apoio de Trump, aprofunda suas táticas de enfrentamento e guerra civil (Lander, 2020).

Uma das principais consequências desse processo é a atual diáspora venezuelana, chamada de "migração do desespero" (Paez e Penalver, 2017) e que não para de crescer: em 2015 eram 695 mil pessoas saindo do país e em 2019 esse número ultrapassou a marca de 4 milhões (R4V, 2019). Hoje este fluxo se desenha, por intensidade e temporalidade, como o maior da América Latina. O atual deslocamento forçado é muito heterogêneo, se expandiu para todos os grupos sociais, independentemente de renda, nível educacional ou profissão e caracterizam-se por fluxos mistos - isto é, incluem refugiados, solicitantes de refúgio e os chamados migrantes econômicos. São povos indígenas, homens, mulheres, grupos LGBTI, pessoas em condição de extrema vulnerabilidade como idosos e doentes e um número cada vez maior de crianças e adolescentes desacompanhados.

Dada a escala e a complexidade da migração venezuelana em âmbito regional, os governos tiveram que unir esforços em busca de uma resposta coletiva e integrada. Em agosto de 2017,

criou-se o “Grupo Lima” como um mecanismo ad hoc para lidar com a crise política na Venezuela. Este grupo é composto por ministros das relações exteriores de catorze países (entre eles o Brasil) e contou também com a presença do autoproclamado presidente da Venezuela, Juan Guaidó, um dos principais líderes da oposição ao chavismo. Trata-se de uma tentativa de buscar, em conjunto, alternativas de viés humanitário e diplomático para “restaurar a democracia” no país bolivariano.

Outra iniciativa neste âmbito ocorreu em setembro de 2018, quando onze países latino-americanos se reuniram por iniciativa do Equador, para coordenar ações regionais em face da “crise migratória”². A “Declaração de Quito sobre a Mobilidade Humana dos Cidadãos Humanos na Região”³ reiterou o compromisso dos signatários de combater a discriminação e xenofobia em relação aos venezuelanos e proteger os migrantes em situações vulneráveis contra o tráfico de seres humanos e as máfias. Os países signatários concordaram também em facilitar a entrada e simplificar os requisitos de documentação - promover a regularização da imigração dos venezuelanos, permitir que solicitem a residência com documentos vencidos e sem a necessidade de passaporte. Além disso, há também um apelo a um maior envolvimento da cooperação internacional e, em particular, das Nações Unidas e da OEA.

Isso, contudo, não se converte em políticas públicas efetivas e o que vemos é um distanciamento entre a política subscrita no acordo internacional e as práticas governamentais. Para Acosta, Blouin e Freier (2019), as respostas dos governos se agrupam em quatro dimensões: 1 - são hierarquicamente subordinadas às leis já estabelecidas e contêm várias cláusulas que concedem total discricção ao Executivo; 2 - foram elaborados instrumentos ad hoc com aplicação restrita a determinados cidadãos venezuelanos, como aqueles que chegaram a um certo país antes de uma data estabelecida. Isso acontece mesmo em países que poderiam ter usado uma lei já existente; 3- referem-se às autorizações de residência temporárias, o que cria uma incerteza jurídica para o imigrante; 4 – consistem em novos obstáculos burocráticos para o acesso aos direitos estabelecidos.

Seguindo a lógica do Grupo de Lima, faria todo sentido que os governantes críticos à Maduro reconhecessem os/as venezuelanos/as como refugiados/as com base nessa ampliação. Contudo, só o Brasil fez isso e mesmo esse reconhecimento é limitado pela militarização da questão migratória. Esse cenário revela que apesar da política de acolhimento estabelecida pela Declaração de Quito (o principal documento de cooperação regional no contexto latino-americano em relação a migração venezuelana), na realidade prevalece a necropolítica da fronteira. De acordo com o relatório elaborado pela Human Rights Watch (2018), Chile, Peru e Equador cobram a apresentação de passaportes para a regularização da situação migratória, sob a justificativa de

²A expressão “crise migratória” aparece no debate público (Organizações Internacionais, governos, artigos de opinião, noticiários, entre outros) e penetrou no senso comum – os habitantes de Boa Vista falam em crise nas conversas cotidianas. Esta se relaciona com a crise política-econômica-social venezuelana, como também diz respeito ao crescente fluxo migratório. Tal uso pode legitimar as práticas de necropolítica da fronteira e a militarização da acolhida no Brasil. Ver, por exemplo, a declaração do Grupo de Lima: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18898-comunicado-do-grupo-de-lima-3>> [Acesso em: 15 agosto 2020].

comprovar a identidade dos/as imigrantes venezuelanos/as, quando é notório que a emissão desse documento por parte do governo venezuelano está comprometida e custa, pelas mãos das máfias locais, de 700 a 500 dólares (HRW, 2018). Em maio de 2018, autoridades colombianas anunciaram o “retorno voluntário” de 2.700 venezuelanos/as. Ainda seguindo o relatório da Human Rights Watch (2018) estima-se que, na verdade, estas pessoas tenham sido detidas e levadas contra sua vontade de volta para a fronteira.

Cria-se, portanto, uma necropolítica da fronteira, uma vez que tais medidas não coibirão a migração dessa população para esses países, mas servirão para fragilizar grande parte desses migrantes. Para Eduardo Domenech (2013), os horrores provocados pelas políticas migratórias dos países do Norte acabam por invisibilizar aquelas implementadas nos contextos regionais de migração sul-sul, nos quais são desenvolvidos controles mais sutis da mobilidade. Aqui nós tentamos demonstrar que esse é o caso da migração venezuelana. Trata-se de uma política “com rosto humano” que vulnerabiliza ainda mais a situação dessa população.

BRASIL: A MILITARIZAÇÃO DO ACOLHIMENTO E O RECUO DOS DIREITOS HUMANOS

Com base na “grave e generalizada violação de direitos humanos” presente na Declaração de Cartagena (1984), o Brasil concedeu o status de refugiados para 37 mil venezuelanos/as até janeiro de 2020, três vezes mais do que todos os refúgios concedidos (11.231) desde a vigência da Lei do Refúgio em 1997 (ACNUR, 2020). Isso parece indicar que o Brasil produziu um avanço no reconhecimento e ampliação dos direitos humanos para os migrantes. Entretanto, nossa pesquisa mostra que tal gesto, embora importante, se explica pela geopolítica de pressão sobre o chavismo e esconde um acolhimento a partir da militarização e da não efetivação de direitos e da cidadania.

Hector Saint-Pierre (2011) pontuava, ainda durante o ciclo progressista, a possível tendência de “securitização de agendas sociais na América do Sul”. Marília Closs (2019) identifica, com a direita no poder, uma mudança no padrão do uso da força no Brasil, que passa a ser valorizada por governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que promoveram um protagonismo crescente das Forças Armadas na gestão da questão migratória.

A principal resposta do Brasil à migração venezuelana foi Operação Acolhida, em Roraima, configurando-se como a primeira missão humanitária em território nacional e composta por diversos atores, em especial o Exército e a ONU (ACNUR e OIM)⁴.

A operação tem três eixos principais: ordenamento de fronteira (recepção, identificação, documentação, triagem e cuidados médicos básicos aos venezuelanos), acolhimento – os abrigos temporários com alimentação diária, kits de higiene pessoal, assistência de saúde, aulas de português, atividades com crianças, atividades recreativas, proteção e defesa de direitos – e

⁴ A Medida Provisória nº 820/2018, convertida na Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018, determina ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, aplicando-se particularmente ao caso dos venezuelanos. Já o Decreto nº 9.286/2018 estabeleceu a governança da Operação Acolhida. Em janeiro de 2019, inicia-se a segunda fase da Operação Acolhida com um novo decreto (nº 9.970/2019).

interiorização, cujo objetivo é promover a inserção social dos imigrantes no país. Quase 15 mil pessoas foram distribuídas entre 250 municípios de praticamente todos os Estados, em especial Amazonas e São Paulo.

Embora o discurso seja de acolhimento e ajuda humanitária, as atitudes governamentais tomam um contorno diferente. Em agosto de 2018, a fronteira Brasil-Venezuela foi fechada a partir de uma decisão judicial⁵. A governadora de Roraima, Suely Campos, limitou o acesso de estrangeiros a serviços públicos, medida derrubada por ação do Ministério Público Federal (MPF). O uso da migração venezuelana como justificativa para os problemas dos serviços públicos, além de falsa, estimula conflitos entre a população local e os migrantes e se configura como necropolítica da fronteira.

Em fevereiro de 2019, Maduro determinou a restrição do fluxo de pedestres e de veículos e a fronteira só foi reaberta em maio. O fechamento força aqueles que querem sair do país a procurar rotas clandestinas, vulnerabilizando ainda mais os imigrantes e os colocando à mercê do tráfico de pessoas.

Os casos de xenofobia e racismo são crescentes e a presença dos militares na questão migratória não é capaz de impedir isso. Em outubro de 2018, um venezuelano morreu após ser atacado violentamente por brasileiros. Em agosto de 2018, brasileiros atacaram os dois principais acampamentos improvisados dos imigrantes e queimaram seus objetos pessoais⁶.

A política do governo brasileiro para a população venezuelana os submete a condições precárias e perigosas, a exemplo do garimpo ilegal, da prostituição ou do recrutamento pelo tráfico de drogas. Como os abrigos estão sempre lotados e as próprias dinâmicas deste espaço incomodam os imigrantes, estes procuram alternativas em busca de autonomia: em especial as ocupações de terrenos vazios e de prédios abandonados. Estima-se que mais de mil venezuelanos (as) ocupem dez prédios em Boa Vista⁷.

Tomamos contato com as tecnologias de controle e de extermínio da necropolítica da fronteira utilizadas em relação à migração venezuelana, especialmente os treze abrigos em Boa Vista e Pacaraima. A capital conta com onze estíves no maior Rondon 3, com capacidade para

⁵ Decreto 25.681-E de 1º de agosto de 2018.

⁶ G1 RR (2018). 'Venezuelano agredido em bar morre em hospital de Boa Vista.' Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/10/02/venezuelano-agredido-em-bar-morre-em-hospital-de-boa-vista.ghtml> Acesso 10 dezembro 2019.

Jackson Félix e Emily Costa (2018). *Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml> Acesso 10 dezembro 2019.

⁷ Emily Costa (2019). *Ocupações crescem e mais de 1,3 mil venezuelanos vivem em prédios abandonados em Roraima*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/06/28/ocupacoes-crescem-e-mais-de-13-mil-venezuelanos-vivem-em-predios-abandonados-em-roraima.ghtml> Acesso em: 14 dezembro 2019.

mil pessoas. Com muros altos e chão de pedra, o que se destaca, num primeiro momento, é o som das crianças brincando (a presença crescente de crianças e adolescentes, muitos desacompanhados, é uma particularidade do fluxo migratório venezuelano). Uma menina de seis anos nos perguntou, espantada, se havia algo de errado, pois ela não entendia por que tantas pessoas às visitavam.

Confinados nesse espaço, às margens da rotina da cidade, homens e mulheres venezuelanos/as mantêm sua vida em suspenso - sempre esperando a prometida regularização e inserção no país. A entrada e a saída têm horário restrito sob controle dos militares. Toda organização social do espaço se dá sem nenhuma participação daqueles que têm sua existência ali administrada. As refeições acontecem num local reservado do terreno, com cadeiras e mesas de plástico para quem aguarda a vez na fila da “quentinha”. Estas, se sobram, não são distribuídas para os que estão do lado de fora. Um militar disse que essa é uma estratégia para evitar filas diárias de pessoas que estão em situação de rua. Segundo ele, não é permitido que as pessoas carreguem sua comida para longe desse “refeitório”, pois o número de mães que tentam entregá-las para os filhos que ficaram do lado de fora do abrigo é grande.

Em Pacaraima, a visita foi ao lotado abrigo indígena Janokoida, com capacidade para 399 pessoas. Na entrada, uma funcionária da Federação Humanitária Internacional, responsável pela gestão do abrigo, nos passou as regras da visitação, entre elas, a proibição de conversar com os indígenas “para sua própria proteção, devido à situação de vulnerabilidade”. Uma mesa comprida, com diversos cordões, brincos e artesanatos era exposta por mulheres indígenas vestidas com roupas tradicionais coloridas. A venda desses artigos é um dos poucos meios de sobrevivência dessas populações. Uma outra possibilidade é a “coleta”, que é considerada uma forma de trabalho para os indígenas da etnia Warao e consiste em pedir quantias de dinheiro nas ruas.

Um galpão grande abriga o redário, com redes confeccionadas pelos próprios indígenas. Nossa entrada não foi permitida e os funcionários “fiscalizavam” nossa conduta todo o tempo. No terreno, mulheres produziam suas *arepas* em pequenas cozinhas improvisadas. Observamos cartazes coloridos pintados pelas crianças com dizeres como “refugiados venezuelanos em busca de um lugar”. Fui interpelada por Fernando*, um cacique da etnia Warao. Ele expressava muita vontade de contar sua história: era um senhor de idade e disse que chegou ao Brasil a pé com sua mulher e que perdeu um irmão para a fome, o que o fez deixar sua terra. Pediu a ajuda com roupas novas apontando para a camisa do Brasil que vestia. Pensamos na disposição (e provavelmente sorte) que o fez chegar ali. Fomos interrompidos por um gestor. Das poucas palavras que trocamos, o que mais nos angustiou foi a sua vontade de se autossustentar. Disse que seu sonho era comprar um pedaço de terra no Brasil, onde pudesse plantar e sair do abrigo, refazer sua vida.

Na fronteira entre Brasil e Venezuela, foi instalado um posto da Operação Acolhida, no qual ocorrem os processos classificatórios. Os/as, em média, 500 imigrantes que atravessam diariamente essa divisa a pé se deparam com baias de ferros - bem parecidas com as utilizadas para animais nas grandes indústrias pecuárias - que marcam o caminho a ser seguido. Ao som de

reggaeton, essas pessoas aguardam para iniciar sua regularização migratória. A escolha por esse ritmo musical é uma das estratégias enunciadas pelos militares para que os/as venezuelanos/as se sintam integrados/as ao novo território, ignorando completamente as dores, angústias e percalços que a grande maioria desses/as enfrentou para chegar ali. Ademais, essa generalização apaga a heterogeneidade da cultura venezuelana e indígena. Portanto, fica nítido que quando aqui falamos de necropolítica da fronteira não estamos apenas falando do extermínio físico, mas também do desprezo pela dor e pelo sofrimento do outro, bem como do apagamento de suas particularidades culturais em nível subjetivo, tratando aquelas pessoas como uma massa indiferenciável.

Uma das primeiras salinhas é a da vacinação. A visita do nosso grupo à estrutura consistiu em entrar em cada uma delas como se fossemos também participar do ritual. Éramos quase 60 pessoas invadindo, de certa forma, a intimidade daqueles venezuelanos/as. Lembro de ter me deparado com uma família inteira da etnia Warao - mulheres, idosos, crianças - que haviam acabado de chegar. Uma das crianças chorava alto tentando fugir da agulha enquanto a mãe a segurava ao mesmo tempo que nós passávamos, olhando - o que me deixou bem angustiada - como se estivéssemos num zoológico. As práticas de desumanização são muitas, não obstante as metas de atendimentos sejam batidas e comemoradas com sorrisos e exclamação pelos agentes.

Em seguida chega o momento de “escolher” entre o pedido de refúgio e o de residência temporária (na época o Brasil ainda não havia decidido aceitar a concepção alargada do refugiado da Declaração de Cartagena). Na sala do ACNUR, os/as venezuelanos/as sentam-se em cadeiras de plástico de frente para uma televisão com tela pequena, na qual é reproduzido um “filme” sobre as circunstâncias que podem ser consideradas dignas de pedido de refúgio, de acordo com a lei brasileira. Os agentes do ACNUR estão dispostos apenas para orientá-los caso haja dúvidas. Nós comentamos muito entre uma certa parte do grupo sobre a impressão de que o processo se desenvolve a partir da documentação que a pessoa possui no momento. Isto é, parece que aqueles que chegam com algum tipo de documentação são orientados a pedir residência temporária, enquanto aqueles (que parecem ser a maioria) que chegam indocumentados são destinados ao pedido de refúgio. Cabe saber se, com a postura mais aberta à solicitação de refúgio, para além do sentido clássico de 1951, essa atuação mudou e como ela agora se concretiza.

Por fim, visitamos o abrigo de passagem (BV-8). Guardadas as devidas proporções, este me remeteu às hospedarias dos fluxos do século passado, devido aos beliches de ferro que ocupam o dormitório. O espaço divide-se entre alojamentos femininos, masculinos e familiares, dando prioridade para pessoas em situação de vulnerabilidade. O tempo médio de permanência é de cinco dias. Para aqueles que não conseguem entrar nos abrigos, restam poucas alternativas. Uma outra forma de manifestação da necropolítica da fronteira é o acampamento noturno, na parte de trás da Rodoviária de Boa Vista. Nesse espaço, dezenas de barracas ficam enfileiradas, desenhando um grande acampamento que desaparece ao amanhecer e ressurgir toda noite. Cerca de 700 venezuelanos/as, que não conseguiram um lugar para ficar nos abrigos lotados, alojam-se em pequenas barracas emprestadas pelo Exército e em papelões entre as cordas, que

marcam o local onde é permitido dormir. O acampamento divide-se entre famílias com crianças, casais e mulheres e homens solteiros/as vigiados pelos militares, tanto para manter a ordem do local, quanto para inibir possíveis ataques a essa população. Ao nascer do dia, todos são obrigados a deixar o acampamento improvisado para retornar no entardecer - pouco antes das 17 horas as filas já começam a se formar de novo - na ânsia de reconquistar uma senha e um lugar seguro para dormir. Os/as venezuelanos/as contam que, a despeito do grande número de crianças, os militares às 04 da manhã acordam todos que estão dormindo para que saiam dali o quanto antes. Segundo Silvia Sander, assistente sênior do ACNUR do Brasil, o número de venezuelanos/as abrigados/as em Boa Vista e Pacaraima está em torno de 6.700 pessoas, enquanto 3 mil vivem em situação de rua ou em alojamentos precários⁸.

Todo esse relato da primeira ida a Roraima traz à tona as problemáticas em torno das políticas humanitárias e da própria atuação (muito elogiada pela ONU e pela mídia, diga-se de passagem) do governo brasileiro. Os abrigos, enquanto um espaço de confinamento, se assemelham a campos de refugiados, e a tutela excessiva, não só por parte do poder executivo, como também das ONGs, evidencia o abrigo como a nova fronteira. Nesse cenário, os imigrantes, abdicados de qualquer responsabilidade sobre suas vidas e bem-estar são reiteradamente estigmatizados e desumanizados por essa necropolítica da fronteira. É importante lembrar que a necropolítica não se trata somente da eliminação física do/a “outro/a”, mas também dessas práticas regulatórias e disciplinares que, de alguma forma, vão minando a autonomia desses sujeitos e os relegando à decisão de quem vive e quem morre no plano material e subjetivo.

CONCLUSÃO

Partimos, neste artigo, da tendência global de construção, pelos Estados nacionais, de muros e barreiras físicas diante da migração e de uma retórica da exclusão do imigrante e do refugiado enquanto ameaças e inimigos. Com relação à migração venezuelana, contudo, os governos de direita da América do Sul, em seu projeto de apoiar a oposição a Maduro, reforçam a ideia de que existe uma crise humanitária sem precedentes na Venezuela e a necessidade de proteção dos imigrantes venezuelanos/as.

No caso do Brasil, ao analisarmos a postura do Estado em relação a intensificação dos fluxos migratórios venezuelanos, encontramos aquilo que chamamos de necropolítica da fronteira (espaços de confinamento, militarização, regulação da mobilidade, homogeneização da população migrante, estigmatização, entre outros). Este movimento fica ainda mais nítido após a saída do Pacto Global das Migrações e nas práticas necropolíticas que observamos, em nossa estadia em Roraima, nos abrigos e na fronteira.

⁸ Akemi Nitahara (2019). *Comando Militar envia contingente para Operação Acolhida, em Roraima*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-11/comando-militar-envia-contingente-para-operacao-acolhida-em-roraima> [Acesso em: 14 dez. 2019].

Nossa pesquisa continuou com um trabalho de campo em uma ocupação autônoma de venezuelanos em Boa Vista, de modo a permitir uma comparação entre o modo de vida oferecido pelo Estado – a necropolítica da fronteira – e os processos de resistência das/dos migrantes. Os resultados do segundo momento da etnografia estão consolidados na dissertação de mestrado e ainda estão sendo trabalhados para o formato de artigos acadêmicos, mas há uma diferença fundamental que podemos adiantar: há um sentimento geral, nas ocupações, de autonomia e de recomeço.

Chamamos isso de fazer-se existente, o que vem a ser um tipo de auto-organização que, mesmo em meio a precariedade, tem a potência de refazer vínculos e laços. E, ainda mais importante, o protagonismo, ao menos na ocupação que pude conhecer, chamada Ka Ubanoko, é das mulheres, responsáveis pelas tarefas e mediação de conflitos e festas, enfim, por toda a sociabilidade. A ocupação vive com a ameaça de ser desfeita pelo Estado, sempre pela ação das Forças Armadas, em mais um sintoma da militarização e de seus efeitos negativos. Enquanto resistem, produzem modos de vida e retomam o sentido coletivo enquanto comunidade e individual enquanto cidadãos e cidadãs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta, D. *et al* (2019). “La emigración venezolana: respuestas latinoamericanas”, *Documento de Trabajo*, n.3 (2a época), Madrid, Fundación Carolina.

Alto Comissariado das Nações Unidas. (2020). *Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina*. <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/> [Acesso em: 02 fevereiro 2020].

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.

Closs, M. (2019). "Novo ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa na região". *Boletim OPSA*, n.1, mar/abr.

Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela (2019). *Reponse for venezuelans: End year report 2019*.

Domenech, E. (2013). ““Las migraciones son como el agua”: Hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano””. *Polis. Revista Latinoamericana*, n.35.

Hall, S. (2006). *A identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A 4.

Humans Rights Watch (2018). *O êxodo venezuelano: a necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes*. <https://www.hrw.org/pt/report/2018/09/04/322039>. Acesso em: 14 dezembro 2019.

Kurz, R. (2012). “O clímax do capitalismo”. *Revista Konkret*, fevereiro.

Lander, E. (2017). *Venezuela: la experiencia bolivariana en la lucha por trascender al capitalismo*.

_____. (2020). *Crisis civilizatoria: Experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana*. Transcript Verlag.

Mbembe, A. (2018). *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: Ed. N-1.

_____. (2019). *Necropolítica*. São Paulo: Ed. N-1.

Organização Internacional para as Migrações. (2019). *30,000 Irregular Migration Deaths, Disappearances Between 2014-2018*. <https://www.iom.int/news/30000-irregular-migration-deaths-disappearances-between-2014-2018-iom-report> [Acesso em: 04 dez. 2019].

Paez, T.; Penalver, L. V. (2017). "The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis?". *Freedom House*, p. 2-32.

Saint-Pierre, H. (2011). "'Defesa' ou 'segurança'? Reflexões em torno de conceitos e ideologias". *Contexto int.* 33(2), Rio de Janeiro July/Dec.

Soares Lima, M. e Pinheiro, L. (2019). "O Regresso Conservador". *Boletim OPSA*, n.1 mar/abr.

FONTES CONSULTADAS:

Brasil. (1997). Lei 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm [Acesso em: 26 julho 2020].

Brasil. (2018). Medida Provisória 820 de 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm [Acesso em: 26 julho 2020].

Brasil. (2018). Lei 13.684, de 21 de junho de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm [Acesso em: 26 julho 2020].

Brasil. (2018). Decreto 9.286 de 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9286.htm [Acesso em: 26 julho 2020].

Brasil. (2019). Decreto 9.970 de 14 de agosto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9970.htm [Acesso em: 26 julho 2020].

Brasil. (2018). Decreto 25.681-E de 1 de agosto de 2018. [http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos Estaduais/2018/25681 e.pdf](http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/Decretos%20Estaduais/2018/25681_e.pdf) [Acesso em: 26 julho 2020].

Itamaraty. (2017). Declaração de Lima. 08 ago. 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-aimprensa/17073-declaracao-de-lima>. [Acesso em: 15 agosto 2020].

Itamaraty. (2018). Comunicado do Grupo de Lima. 18 mai. 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18898-comunicado-do-grupo-de-lima-3>. [Acesso em: 15 agosto 2020].

Itamaraty. (2018). Declaração de Quito sobre a Mobilidade Humana dos Cidadãos Venezuelanos na Região – Documento de trabalho. 04 set. 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/19431-declaracao-de-quito-sobre-a-mobilidade-humana-dos-cidadaos-venezuelanos-na-regiao-documento-de-trabalho-4-de-setembro-de-2018>. [Acesso em: 15 agosto 2020].